

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

2

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

2

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I62 Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade 2 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-777-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.779211312>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.arenaeditora.com.br
contato@arenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra “Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade”, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas temáticas, ligadas à Educação, que a compõe.

Ao refletirmos sobre a Investigação Científica percebemos sua importância para a Educação, pois permite o desenvolvimento do potencial humano que os envolvidos mobilizam no processo de pesquisa; ou seja, é o espaço mais adequado para estimular a curiosidade epistemológica, conduzindo a aprendizagens que podem nascer de problemáticas postas pelas diversas questões cotidianas.

Depois da mobilização ocasionada pelas diversas inquietudes que nos movimentam na cotidianidade e ao aprendermos a fazer pesquisa, entendendo o rigor necessário, nos colocamos diante de objetos de conhecimentos que exigem pensar, refletir, explorar, testar questões, buscar formas de obter respostas, descobrir, inovar, inventar, imaginar e considerar os meios e recursos para atingir o objetivo desejado e ampliar o olhar acerca das questões de pesquisa.

Nesse sentido, os textos avaliados e aprovados para comporem este livro revelam a postura intelectual dos diversos autores, entendendo as suas interrogações de investigação, pois é na relação inevitável entre o sujeito epistemológico e o objeto intelectual que a mobilização do desconhecido decorre da superação do desconhecido. Esse movimento que caracteriza o sujeito enquanto pesquisador ilustra o processo de construção do conhecimento científico.

É esse movimento que nos oferece a oportunidade de avançar no conhecimento humano, nos possibilitando entender e descobrir o que em um primeiro momento parecia complicado. Isso faz do conhecimento uma rede de significados construída e compreendida a partir de dúvidas, incertezas, desafios, necessidades, desejos e interesses pelo conhecimento.

Assim, compreendendo todos esses elementos e considerando que a pesquisa não tem fim em si mesmo, percebe-se que ela é um meio para que o pesquisador cresça e possa contribuir socialmente na construção do conhecimento científico. Nessa teia reflexiva, o leitor conhecerá a importância desta obra, que aborda várias pesquisas do campo educacional, com especial foco nas evidências de temáticas insurgentes, reveladas pelo olhar de pesquisadores sobre os diversos objetos que os mobilizaram, evidenciando-se não apenas bases teóricas, mas a aplicação prática dessas pesquisas.

Boa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE MULTICAMPI: UMA ANÁLISE PELO ASPECTO (MICRO) POLÍTICO

Nadia Hage Fialho

Ivan Luiz Novaes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113121>

CAPÍTULO 2..... 15

O DIREITO À EDUCAÇÃO E A ADOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBICIONANDO A EFETIVAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) FIRMADOS NA AGENDA 2030

Cilene Magda Vasconcelos de Souza

Gabriel Mateus Moura de Andrade

José Luiz Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113122>

CAPÍTULO 3..... 27

FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR DE ESTUDANTES DE CLASSES POPULARES, DO ENSINO BÁSICO, NO BRASIL E PORTUGAL: EM BUSCA DE NOVAS PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES

Clara Maria Almeida Rios

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113123>

CAPÍTULO 4..... 45

FORMAÇÃO E ENSINO EM SAÚDE: ASPECTOS QUE PERMEIAM A CONSTRUÇÃO DO SER DOCENTE

Renata Scartezini Martins

Kelen Antunes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113124>

CAPÍTULO 5..... 56

ESTILOS PARENTALES Y EL ROL ASUMIDO EN LA VIOLENCIA EN EL NOVIAZGO EN ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS

Claudia Rocío Bueno Castro

Gloria Margarita Gurrola Peña

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113125>

CAPÍTULO 6..... 68

ESTRÉS ACADÉMICO Y LOCUS DE CONTROL EN ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS: UN ESTUDIO COMPARATIVO

Aurora León Hernández

Sergio González Escobar

Norma Ivonne González Arratia López Fuentes

Blanca Estela Barcelata Eguiarte

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113126>

CAPÍTULO 7.....	79
INTERLOCUÇÕES POSSÍVEIS ENTRE A VIDA E O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE FRANS KRAJCBERG E A ÁREA DE EDUCAÇÃO, POTENCIALIZADAS PELO PENSAMENTO DE GILLES DELEUZE	
Uillian Trindade Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113127	
CAPÍTULO 8.....	90
A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E O DESAFIO DA MEDIAÇÃO DO TRABALHO EDUCATIVO	
Ivanete Rodrigues dos Santos	
Gilberto Gomes dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113128	
CAPÍTULO 9.....	97
PRÁTICAS RESTAURATIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR	
Carla Giselle Duenha de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113129	
CAPÍTULO 10.....	112
NORMATIVAS LEGAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E O CURRÍCULO DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM FÍSICA	
Yasmin dos Santos de Araujo	
Yara Araujo Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131210	
CAPÍTULO 11.....	125
PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO GAMIFICADO PARA APRENDIZAGEM DE CIÊNCIAS POR ALUNOS SURDOS	
Raquel Fonseca Maldonado	
Mariana Leite Marques da Silva Bezerra	
Edison Souza Trindade	
Tábata de Oliveira Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131211	
CAPÍTULO 12.....	136
GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM CRIANÇAS E PROFESSORAS?	
Gislene Cabral de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131212	
CAPÍTULO 13.....	150
A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO COMO COMPLEMENTO DE ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA PARA AS ESCOLAS DA REDE BÁSICA DO ESTADO DE SERGIPE	
José Vítor Rodrigues Santos	
Andrea Ferreira Soares	
Aline Lima de Oliveira Nepomuceno	

Francisco Prado Reis
Vera Lúcia Corrêa Feitosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131213>

CAPÍTULO 14..... 163

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: O QUE REVELAM OS DISCENTES DO ENSINO SUPERIOR

Osmar Mackeivicz
Viridiana Alves de Lara Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131214>

CAPÍTULO 15..... 174

O DISCURSO DE AUTOAJUDA E AS PRÁTICAS IDENTITÁRIAS DO SUJEITO PROFESSOR

Samuel Cavalcante da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131215>

CAPÍTULO 16..... 188

O USO DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA) NA ADAPTAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS

Helano da Silva Santana Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131216>

CAPÍTULO 17..... 200

PONDERANDO EL PROCESO METACOGNITIVO EN NORMALISTAS POR MEDIO DEL APRENDIZAJE ACELERADO

Miryam Nava Cervantes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131217>

CAPÍTULO 18..... 207

IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO IFPA

Maria Cristina Afonso Ferreira
Maria de Fátima Matos de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131218>

CAPÍTULO 19..... 225

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE DO PAÍS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Letícia Pereira de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131219>

SOBRE OS ORGANIZADORES 233

ÍNDICE REMISSIVO..... 234

CAPÍTULO 2

O DIREITO À EDUCAÇÃO E A ADOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBICIONANDO A EFETIVAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) FIRMADOS NA AGENDA 2030

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 20/09/2021

Cilene Magda Vasconcelos de Souza

Universidade de Pernambuco (UPE),
Mestranda em Gestão do Desenvolvimento
Local Sustentável
Recife - Pernambuco

https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=8FD6EE4DCBC789605C9839610571D688#

Gabriel Mateus Moura de Andrade

Centro Universitário Maurício de Nassau
(UNINASSAU), pós-graduando em Direito
Público

Universidade de São Paulo (USP), pós-
graduando em Gestão Tributária.

Camaraigibe - Pernambuco

<https://orcid.org/0000-0003-3032-3284>

José Luiz Alves

Doutor em Geografia pela Universidade
Federal de Pernambuco (UFPE) e Professor
Adjunto da Universidade de Pernambuco
(UPE).

Recife – Pernambuco

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4785552Z4>

membros da ONU, no ano de 2015, sendo este um marco histórico na busca pelo desenvolvimento sustentável das nações e na definição dos direitos universais básicos. Para analisar a contemporaneidade da educação é importante traçar uma linha histórica, para compreender a importância da efetivação das políticas públicas educacionais visando o desenvolvimento sustentável. A Organização das Nações Unidas (ONU) vem, historicamente, prestigiando nas suas assembleias gerais, a adoção de metas e objetivos, como se pode verificar na adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No Brasil, cumpre destacar a relevância das ações governamentais tomadas na concretização dos direitos firmados pelo país na ONU, através da adoção de metas próprias e estratégias internas, entretanto, houve uma descontinuidade das ações após a revogação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável CNOODS via Decreto Federal. Atualmente, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1308/2021, objetivando instituir a Política de Programa da Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável, sendo um importante instrumento para reativar a busca pelo cumprimento dos ODS.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Desenvolvimento; Sustentabilidade; Políticas Públicas.

RESUMO: O presente trabalho busca traçar um paralelo entre o direito à educação, positivado mediante a adoção de políticas públicas e a concretização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), firmados entre os 193 países-

THE RIGHT TO EDUCATION AND THE ADOPTION OF PUBLIC POLICIES AIMING THE EFFECTIVENESS OF THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS (SDG) SET IN THE 2030 AGENDA

ABSTRACT: This paper seeks to draw a parallel between the right to education, made positive through the adoption of public policies and the achievement of the Sustainable Development Goals (SDGs), signed between the 193 UN member countries, in 2015, this being a historic landmark in the search for. To analyze the contemporaneity of education, it is important to draw a historical line, to understand the importance of implementing public educational policies aimed at sustainable development. The United Nations (UN) has historically honored in its general assemblies the adoption of goals and objectives, as can be seen in the adoption of the Millennium Development Goals (MDGs) and the Sustainable Development Goals (SDGs). In Brazil, it is worth highlighting the relevance of government actions taken in the realization of the rights established by the country at the UN, through the adoption of its own goals and internal strategies, however, there was a discontinuity of actions after the revocation of the National Commission for Sustainable Development Goals CNO DS via Federal Decree. Currently, Bill No. 1308/2021 is being processed in the Chamber of Deputies, with the aim of instituting the 2030 Agenda Program Policy for Sustainable Development, which is an important instrument to reactivate the search for compliance with the SDGs.

KEYWORDS: Education; Development; Sustainability; Public Policy.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, faz-se necessário compreender o contexto histórico que resultou no desencadeamento pela busca do desenvolvimento sustentável e o estabelecimento de direitos básicos universais. Após o mundo sentir os efeitos devastadores das duas grandes guerras mundiais, foi fundada, em 1945, na cidade de Nova York (EUA), a Organização das Nações Unidas (ONU), sendo uma organização internacional composta por países-membros, trabalhando em conjunto pela paz e desenvolvimento mundial.

Em apertada síntese, as reuniões e assembleias gerais da ONU são extremamente importantes na elaboração de diretrizes básicas a serem adotadas pelas nações.

Nesse contexto, foi adotada e proclamada na Assembleia Geral das Nações Unidas do ano de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mediante a Resolução 217 A III (ONU, 1948), sendo um marco histórico na busca pelo desenvolvimento das nações e na definição dos direitos universais básicos.

Em relação ao direito à educação, a Declaração Universal dos Direitos Humanos elenca três premissas que devem ser concretizadas, a saber:

Artigo 26

1- Todos os seres humanos têm direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A educação elementar será obrigatória. A educação técnica/profissional será acessível a todos, bem como a educação superior, esta baseada no mérito.

2- A educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A educação promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3- Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de educação que será ministrada aos seus filhos.

No âmbito do Brasil, a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, consagrou, em seu art. 6º, a educação como um direito fundamental de natureza social, sendo a sua prestação dever do estado assegurado a todos os cidadãos. Nesse sentido, o consagrado constitucionalista Silva (2007, p.784) é contundente na sua linha de pensamento, reconhecendo a “educação, como processo de reconstrução da experiência humana, e, por isso, tem que ser comum a todos”.

Sendo assim, reveste-se de caráter essencial as ações coordenadas do estado, visando efetivar, mediante políticas públicas, suas pretensões e compromissos firmados. Bem resume Carvalho (2008, p.5) ao conceituar políticas públicas como “um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade (...)”.

Em 1987, foi elaborado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Relatório de Brundtland, documento intitulado como “Nosso Futuro Comum”, consignando que “o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”.

A busca pelo desenvolvimento sustentável constitui-se numa das premissas mundiais decorrentes de uma evolução de pensamento, que, alinhando com a positivação das políticas públicas, objetiva o desenvolvimento coordenado das nações.

Antenada a tais conceitos, a Organização das Nações Unidas (ONU) vem, historicamente, prestigiando nas suas assembleias gerais, a adoção de metas e objetivos, vinculados ao desenvolvimento sustentável, visando que os seus países-membros adotem políticas públicas para a concretização de direitos básicos e a atenuação da disparidade da desigualdade social.

O presente capítulo objetiva analisar, sem a pretensão de exaurir o tema, as políticas públicas adotadas no tocante ao direito à educação, passando pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), chegando nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030.

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODMS)

Ante a eminente virada do século, verificou-se a necessidade de traçar rotas a serem seguidas pelos países, com a finalidade de naturalizar e estimular incessante

busca pelo desenvolvimento, estabelecendo assim, parâmetros mínimos que reforcem a valoração e a efetivação da dignidade da pessoa humana, valor ético positivado no art. 22, da Declaração Universal de Direitos Humanos.

Com essa ambição, foi realizada, no ano 2000, a Cúpula do Milênio das Nações Unidas, contando com a participação dos 191 estados membros da ONU, onde restou firmado e estabelecido a busca pela concretização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), estimulando assim, a formulação de metas próprias para alcançar a efetivação desses indicadores até o ano de 2015. Os 8 grandes objetivos globais adotados pelos países-membros da ONU foram:



Figura 01: objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Fonte: odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio

Apartir do compromisso firmado, os países-membros da ONU buscaram a positivação de ações governamentais internas, com o intuito de elevar os percentuais atinentes a cada um dos objetivos estabelecidos e, por consequente, reduzir as desigualdades sociais que maculam as nações e impedem o pleno desenvolvimento.

Com a missão materializar os compromissos firmados com a realidade local, foi editado no Brasil, o Decreto Presidencial de 31 de outubro de 2003 (BRASIL, 2003), instituindo o Grupo Técnico para Acompanhamento das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com a competência de “subsidiar a elaboração de plano de ação do governo brasileiro para o alcance das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e monitorar o progresso do Brasil em relação às referidas Metas e Objetivos” (art.2º).

A ONU elaborou o Relatório Sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015, compilando os principais dados e informações acerca do alcance dos indicadores estabelecidos nos ODMs. Ao analisar os dados concernentes ao alcance do ensino primário universal, foi possível detectar um progresso significativo, em especial, quando comparado aos percentuais atingidos entre os anos de 1990 e 2000, constatando assim, a eficiência das diretrizes básicas estabelecidas pela ONU na busca pelo desenvolvimento dos países-membros. Relatório Sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio pontuou (ONU,

2015, p.25):

Os progressos foram irregulares desde 1990. Entre 1990 e 2000, a taxa de matrícula nas regiões em vias de desenvolvimento aumentou de 80% para apenas 83%. Depois de 2000, as melhorias aceleraram, e a taxa de matrícula líquida ajustada no ensino primário alcançou os 90% em 2007. Após esta fase, o progresso entrou num impasse e a taxa de matrícula não aumentou de forma significativa. As projeções baseadas na extrapolação das tendências entre 2007 e 2012 indicam que quase uma em cada dez crianças em idade de frequentar a escola primária permanece fora da escola em 2015.

É frequentemente usado um limiar de pelo menos 97% para determinar se a escolarização universal foi alcançada. Com base neste limiar, a matrícula no ensino primário é agora universal ou quase universal na Ásia Oriental e no Norte de África. A meta está próxima de ser alcançada em todas as regiões, exceto na África Subsariana.

Mundialmente, houve uma atenuação significativa no número de crianças não escolarizadas, redução concretizada após a adoção de políticas públicas coordenadas pelos países-membros da ONU, objetivando o cumprimento dos ODMs no alcance do ensino primário universal.

O número de crianças não escolarizadas foi reduzido quase para metade desde 2000

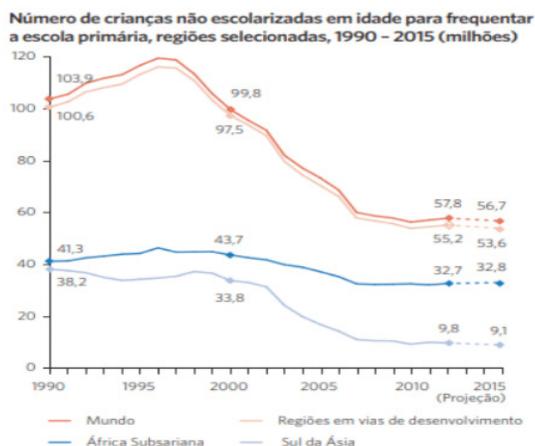


Figura 2: Dados referentes a escolarização

Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Organização das Nações Unidas (ONU, p.25)

Ainda que plenamente não atingido, o indicador possibilitou um significativo avanço no acesso de crianças à educação básica e à escolarização, sendo, talvez, uma das principais ações concretas na busca pelas premissas estabelecidas no art. 26, da Declaração Universal de Direitos Humanos, que sejam o direito ao acesso à educação e ao

ensino elementar fundamental.

No Brasil, da análise dos dados disponibilizados em 2014 no Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Aplicados, com a supervisão do Grupo Técnico para acompanhamento dos ODM, é possível concluir que a uniformização do acesso ao ensino fundamental foi atingida (IPEA, MP, SPI, 2014, p.38):

No Brasil, a tendência tem sido de progresso constante no cumprimento do ODM 2. A universalização do acesso ao ensino fundamental foi atingida e houve melhoria substantiva do fluxo, isto é, aumentou a quantidade de crianças que estão no ensino fundamental na série e idade certas. Em 2012, 81% dos alunos com 12 anos estavam cursando o sétimo ou o sexto anos.

A percentagem de jovens de 15 a 24 anos com pelo menos seis anos de estudo completos passou de 59,9%, em 1990, para 84%, em 2012. Ou seja, a percentagem de jovens que não tiveram a oportunidade de completar um curso primário havia caído, em 2012, a dois quintos do nível de 1990.

A positivação de parâmetros mínimos culminou na adoção de políticas públicas de forma regular e permanente no Brasil, concretizando direitos e possibilitando a busca pelo pleno desenvolvimento sustentável. “Uma série de medidas adotadas nos últimos anos contribuem para o alcance dos resultados relativos à meta do ODM 2” (IPEA, MP, SPI, 2014, p.45), citando, a título de exemplo, a criação do Programa Mais Educação, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), do Programa Universidade para Todos (PROUNI), a adoção do Sistema de Seleção Simplificada (SISU), dentre outras políticas públicas adotadas que foram além do mínimo estabelecido no ODM 2.

AGENDA 2030 E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em setembro de 2015, na Assembleia Geral da ONU, os 193 estados-membros consignaram, de forma unânime, uma nova política pública global, dando seguimento à agenda inaugurada pelos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. Nesse sentido, foi assinada a Resolução 70/1 (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2015), contendo o documento “Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

A Agenda 2030 é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), fincados sob a égide do respeito as 5 áreas de importância do desenvolvimento sustentável, também conhecidos como “5Ps da Agenda 2030”(CNM, 2021), que são: Pessoas, Prosperidade, Paz, Parceiras e Planeta:



Figura 3: 5Ps da Agenda 2030

Fonte: agenda2030.com.br/sobre

Da análise dos 17 ODS, percebe-se que estes são complementares, intersetoriais e se correlacionam entre si, criando estratégias voltadas a efetivação de políticas públicas que visem o desenvolvimento sustentável nas diversas áreas, como educação, saúde, economia, desenvolvimento social, meio ambiente, dentre outros.



Figura 4: 17 ODS da Agenda 2030

Fonte: agenda2030.com.br/sobre

Atentando-se ao tema da Educação, foi fincado o objetivo 4, a Educação de Qualidade, visando “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”(IPEA, 2019, p.5).

As metas educacionais para cumprimento até o ano de 2030 são (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, (2015 p.17):

4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

4.b Até 2020 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

4.2 Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes

Voltando-se as ações tomadas no Brasil, foi editado o Decreto Presidencial nº 8.892, de 27 de outubro de 2016 (BRASIL, 2016), criando a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNOODS), que editou, no ano de 2017, o Plano de Ação 2017-2019, contendo 5 grandes eixos estratégicos para efetivar as metas da Agenda 2030:



Figura 5: Os 5 grandes eixos estratégicos para efetivar as metas da agenda 2030

Fonte: Comissão Nacional para os ODS. Plano de Ação 2017-2019. (2017, p.27)

Vislumbra-se que os 5 eixos estratégicos derivam da análise dos diferentes contextos regionais e da área demográfica do Brasil, fazendo-se necessário a adoção de esforços com o fim de realizar a interiorização das ações governamentais, permitindo a maximização dos seus efeitos e o pleno desenvolvimento sustentável num país de dimensões continentais.

Cumprindo suas funções de assessoramento, estabelecidas no art. 6º, do Decreto nº 8.892/2016, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, publicou uma série de cadernos atinentes a cada um dos ODS, contendo estudos e pesquisas norteadoras, visando “contribuir para o esforço nacional de alcançar os desafios lançados durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, da Organização das Nações Unidas (ONU)” (IPEA, 2019, p.3).

No Brasil, é possível traçar uma correlação entre metas estabelecidas para a educação e o Plano Nacional de Educação (PNE), conforme bem pontua o Caderno ODS 4, elaborado pelo IPEA (2019, p.23)

As metas do ODS 4 visam guiar as políticas de educação, buscando a inclusão, a equidade e a qualidade. No Brasil, o ODS 4 conta com um aliado constitucional, o PNE (2014-2024), que fixa vinte metas a serem cumpridas até 2024. Foram destacadas as metas do PNE que contribuem para atingir as metas do ODS 4.

Entretanto, foi editado o Decreto Federal nº 9.759, de 11 de abril de 2019 (BRASIL, 2019), que extinguiu a CNODS e outros colegiados, sendo editado, *a posteriori*, Decreto nº 9.980, de 20 de agosto de 2019 (BRASIL, 2019), estabelecendo como competência da Secretaria Especial de Articulação Social (SEAS) da SEGOV-PR a implementação da Agenda 2030 no Brasil, conforme art. 15.

Visando a consolidação dos atos normativos, foi editado o Decreto nº 10.179, de 18 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019), declarando revogados uma série de instrumentos, dentre eles, o que instituiu a CNODS. Além disso, foi editado o Decreto nº 10.591, de 24 de

dezembro de 2020 (BRASIL, 2020), revogando o Decreto nº 9.980/2019 e restando omissivo quanto ao dever de implementação da Agenda 2030 no Brasil.

Atualmente, tramita na câmara dos deputados, o Projeto de Lei nº 1308/2021, objetivando instituir a Política de Programa da Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável ser observada pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal. O projeto tramita em “caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania” (BRASIL, 2021).

Os debates em torno desse Projeto de Lei são essenciais na retomada a priorização do cumprimento de metas da Agenda 2030, fortalecendo assim, o direito à educação, o desenvolvimento sustentável e a correta adoção de políticas públicas. Além da possível positividade em lei, cumpre sobrelevar o relevante papel dos entes das diferentes esferas de governo, realizando planejamento estratégico e inserção dessa previsão nos três principais instrumentos que compõem a tríade orçamentária (art. 165, da CRFB/88), que sejam a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, é possível vislumbrar a importância dos documentos e resoluções expedidos nas assembleias gerais da ONU, objetivando que os países-membros adotem estratégias e políticas públicas na busca pelo desenvolvimento mundial.

Conforme analisado, a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) constituiu marco na virada do século, na busca pelo desenvolvimento sustentável das nações. No que tange Educação Básica de Qualidade para Todos (objetivo 02), verifica-se os importantes avanços alcançados a nível global e também no Brasil, onde foram adotadas políticas públicas além das diretrizes estabelecidas, efetivando, por consequente, direitos previstos desde a Declaração Universal de Direitos Humanos.

Considerando os importantes avanços com os ODMs, foi adotada na Assembleia Geral da ONU de 2015, uma nova política pública global, que seja a Agenda 2030, composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo o objetivo 4 a Educação de Qualidade. No Brasil, após início promissor com criação da CNODS, assessorada pelo IPEA e IBGE, ocorreu a elaboração de documentos e planos visando adequar as metas a realidade local, entretanto, houve uma descontinuidade das políticas públicas, em especial, com a revogação do decreto que instituiu a CNODS.

Atualmente, tramita na câmara dos deputados, o Projeto de Lei nº 1308/2021, objetivando instituir a Política de Programa da Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável. Além da do Projeto em si, é relevante compreender a importância dos três principais instrumentos que compõem a tríade orçamentária (LOA, LDO e PPA) na priorização de políticas públicas na busca pela efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável.

REFERÊNCIAS

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. CNM – Confederação Nacional dos Municípios. Disponível em: <http://www.ods.cnm.org.br/agenda-2030>. Acesso em: 19 de set. de 2021.

Assembleia Geral da ONU. (1948). “Declaração Universal dos Direitos Humanos” (217 [III] A). Paris. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 17 de set. de 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto prevê promoção de agenda para desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/770666-projeto-preve-promocao-de-agenda-para-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 19 set. de 2021.

BRASIL. Decreto Presidencial de 31 de outubro de 2003. Institui Grupo Técnico para acompanhamento das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Diário Oficial da União, Brasília, 03 nov. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn10011.htm. Acesso em: 17 de set. de 2021.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 10.179, de 18 de dezembro de 2019. Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar no 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. Diário Oficial da União, Brasília, 19 dez. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10179.htm. Acesso em: 18 de set. de 2021.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 10.591, de 24 de dezembro de 2020. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Governo da Presidência da República e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Diário Oficial da União, Brasília, 28 dez. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10591.htm. Acesso em: 19 set. de 2021.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 8.892, de 27 de outubro de 2016. Cria a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Diário Oficial da União, Brasília, 31 out. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8892.htm. Acesso em: 18 de set. de 2021.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Diário Oficial da União, Brasília, 11 abr. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm. Acesso em: 19 de set. 2021.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 9.980, de 20 de agosto de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Governo da Presidência da República e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Diário Oficial da União, Brasília, 21 ago. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9980.htm. Acesso em: 19 de set. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

Caderno ODS. ODS 4. Assegurar a Educação Inclusiva e Equitativa e de Qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. IPEA, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190711_cadernos_ODS_objetivo_4.pdf. Acesso em: 19 de set. de 2021.

Câmara dos Deputados. PL 1308/2021. Institui a Política de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2277431>. Acesso em: 19 set. de 2021.

CARVALHO, Edson Ferreira **de**. Meio ambiente e direitos humanos. Curitiba: Juruá, 2008.

Comissão Nacional para os ODS. Plano de Ação 2017-2019. Brasília – DF. Dezembro 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/plano-de-acao-da-cnods-2017-2019>. Acesso em 18 de set. de 2021.

Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland). Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1988.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento / Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. - Brasília : Ipea : MP, SPI, 2014. 208p.

Os objetivos de Desenvolvimento do Milênio. ODMS BRASIL. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 18 de set. de 2021.

Plataforma Agenda 2030. Conheça a Agenda 2030. Programa das Nações Unidas (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em: 20 de set. 2021.

Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Organização das Nações Unidas (ONU). 2015. Disponível em: <http://abm.org.br/ods/wp-content/uploads/2017/10/Relatorio-sobre-os-Objetivos-do-Milenio-2015.pdf>. Acesso em 19 de set. de 2021

SILVA, José Afonso. Comentário Contextual à Constituição. e. 3. São Paulo, SP: Malheiros Editores Ltda., 2007. P.784.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 70/1: Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development, 25 de setembro de 2015. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/70/1>. Acesso em: 19 de set. de 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono escolar 27, 28, 29, 30, 37, 39, 40, 41, 42, 44
Acessibilidade 125, 188, 198
Aprendizaje acelerado 200, 201, 202, 204, 206
Arte 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 150, 187
Autoajuda 174, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186
Avaliação da aprendizagem 95, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 172

B

Biologia 94, 115, 124, 134, 135, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158, 159, 161

C

Ciências 13, 27, 33, 37, 38, 39, 42, 43, 45, 46, 51, 83, 90, 110, 114, 115, 116, 119, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 135, 139, 140, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158, 161, 162, 176, 222, 223, 224, 233
Círculos de construção de paz 97, 99, 103, 104, 106, 109
Classes populares 27, 28, 30, 42
Comunicação gesto-visual 125
Comunidade escolar 91, 97, 100, 103, 108, 110, 127, 129, 150, 151, 152, 156, 159, 160
Coordenação pedagógica 90, 91, 92, 93, 96
Corpo 9, 52, 93, 114, 129, 130, 136, 137, 138, 139, 140, 146, 147, 148, 149, 158, 179, 182, 208, 209
Currículo 43, 95, 105, 112, 113, 115, 118, 121, 122, 134, 147, 209

D

Desempenho escolar 28, 30, 31, 32, 39, 43, 159, 161
Desenvolvimento 1, 2, 3, 5, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 38, 40, 42, 43, 48, 49, 51, 55, 90, 91, 92, 95, 97, 99, 100, 101, 104, 107, 108, 109, 113, 114, 116, 118, 122, 123, 139, 147, 152, 153, 154, 158, 160, 163, 167, 168, 171, 183, 189, 190, 191, 192, 208, 209, 211, 217, 218, 220, 221, 225, 227, 228, 230, 233
Discentes 45, 46, 92, 125, 152, 153, 154, 163, 164, 171, 204, 209, 228, 229, 230
Docência 45, 47, 52, 53, 55, 93, 117, 124, 134, 153, 164, 165, 166, 171, 172, 173, 233

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 32, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 109, 110,

112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 157, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 180, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 198, 199, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 232, 233

Educação a distância 49, 50, 55

Educação infantil 6, 136, 137, 138, 139, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149

Educação profissional 2, 207, 208, 210, 211, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Ensino superior 6, 14, 22, 30, 52, 53, 55, 81, 113, 118, 154, 163, 164, 165, 166, 169, 172, 199, 208, 209, 225, 226, 227, 228, 232, 233

Escola 2, 14, 19, 27, 30, 32, 39, 41, 42, 44, 47, 51, 80, 81, 86, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 117, 126, 134, 136, 137, 140, 141, 142, 146, 147, 156, 157, 158, 167, 168, 172, 184, 185, 193, 198, 209, 211, 215, 216, 223

Estilo parental 56, 57, 58, 61, 63, 64

Estrés acadêmico 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77

Estressores 68, 69, 70, 72

Evasão 42, 168, 207, 208, 223, 227

Exclusão 28, 39, 42, 43, 143, 154, 180

Extensão 2, 3, 4, 6, 36, 52, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 161, 162, 208, 233

F

Família 1, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 82, 99, 104, 140, 147, 148, 181

Formação 1, 4, 22, 28, 33, 34, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 55, 83, 88, 91, 93, 94, 95, 96, 103, 108, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 129, 143, 153, 154, 162, 164, 165, 166, 168, 172, 173, 179, 211, 214, 221, 226, 233

Formação docente 91, 93, 96, 113, 117, 118, 121, 122, 162

H

Habilidades cognitivas 200, 203

Humanismo 84, 177, 178

I

Identidade 5, 27, 29, 44, 46, 52, 53, 113, 122, 124, 137, 141, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187

Infância 22, 31, 36, 108, 136, 138, 139, 143, 148, 149

J

Justiça restaurativa 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 108, 109, 110, 111

L

Legislação para formação de professores 112, 115, 116

Licenciatura em Física 112, 113, 116, 120, 122, 123, 124

Língua Brasileira de Sinais - Libras 188, 192

Locus de control 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

M

Mediação pedagógica 55, 90, 91

Metacognición 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

N

Neoliberalismo 174, 186, 222

P

Pedagogia visual 125, 126, 127, 129, 134

Permanência estudantil 207, 208

Políticas de assistência estudantil 207

Políticas públicas 7, 8, 11, 12, 13, 15, 17, 19, 20, 21, 24, 42, 140, 149, 184, 190, 213, 216, 218, 222, 223, 226, 227, 231, 232

Professor 4, 5, 15, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 90, 93, 94, 95, 102, 112, 114, 115, 118, 124, 128, 133, 137, 153, 155, 156, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 189, 192, 198, 233

R

Recursos Educacionais Abertos - REA 188, 195, 198

Relações de gênero 136, 137, 141, 142, 144

Rizoma 79, 84, 85, 87, 88

S

Saúde 7, 21, 45, 46, 49, 55, 150, 151, 162, 208, 212, 213, 214, 227

Scratch 125, 126, 127, 130, 131, 132, 135

Surdos 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 188, 192, 193, 195, 196, 198

Sustentabilidade 13, 15, 161

T

Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC 188

Território 79, 82, 140, 157

Trabalho pedagógico 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

U

Universitarios 56, 61, 65, 67, 68, 69, 76, 77, 204

V

Violencia en el noviazgo 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

2

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

2

🌐 www.arenaeditora.com.br

✉ contato@arenaeditora.com.br

📷 @arenaeditora

📘 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

